

História Diversa

Danila Barbosa de Castilho
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danila Barbosa de Castilho

(Organizadora)

História Diversa

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H673 História diversa [recurso eletrônico] / Organizadora Danila Barbosa de Castilho. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-054-4

DOI 10.22533/at.ed.544192201

1. História – Estudo e ensino. 2. História – Filosofia. I. Castilho, Danila Barbosa de.

CDD 900.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A história preocupa-se com o estudo do homem no tempo. O tempo é compreendido como algo complexo, não linear e os documentos produzidos no passado são vestígios que podem ser interpretados sob diferentes perspectivas.

O conhecimento histórico é construído num processo constante de reflexão com os autores, as fontes e as relações sociais. Essa construção torna-se uma tarefa atenta aos contextos e com rigor quando o pesquisador problematiza suas fontes.

Neste processo de construção o passado é lido a partir do presente utilizando fontes – que podem ser escritas, orais, fotográficas, entre outras – e em diálogo com outras ciências como a filosofia, a sociologia, a teologia, a antropologia e etc.

Essa diversidade de fontes, temas e diálogos estão presentes nos textos apresentados nesta coletânea. Diferente das ciências exatas a história está sempre em busca dos porquês.

Ao encontrar uma possível resposta o historiador pode modificar análises feitas anteriormente e provocar novas investigações sob outros pontos de vista. Assim espera-se que esta obra possa, além de divulgar textos recentes, estimular novas pesquisas.

Boa leitura!

Danila Barbosa de Castilho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
AS LINGUAGENS DE LIDERANÇA EVANGÉLICA NA COMUNIDADE GÓLGOTA DE CURITIBA/PR NA CONTEMPORANEIDADE	
Maralice Maschio	
DOI 10.22533/at.ed.5441922011	
CAPÍTULO 2	20
SINCRETISMO RELIGIOSO NO BRASIL (COLONIAL): UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE ATRAVÉS DA OBRA <i>CASA GRANDE & SENZALA</i>	
Lidiana Gonçalves Godoy Zanati Ricardo Oliveira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5441922012	
CAPÍTULO 3	27
<i>PONTIFEX MAXIMUS</i> E MONARQUIA INGLESA: BIPOLARIZAÇÃO E DISPUTA DE PODERES NA ERA ELISABETANA	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
DOI 10.22533/at.ed.5441922013	
CAPÍTULO 4	43
SEM QUERER, QUERENDO: CATOLICISMO E POLÍTICA NA AUTOBIOGRAFIA DE ROBERTO GÓMEZ BOLAÑOS	
Priscila de Andrade Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5441922014	
CAPÍTULO 5	55
A AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA E A PRODUÇÃO DE REVOLUCIONÁRIOS NA DÉCADA DE 1960	
Olívia Candeia Lima Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.5441922015	
CAPÍTULO 6	67
A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA BRASILEIRA DE 1824	
William Geovane Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.5441922016	
CAPÍTULO 7	75
A OCUPAÇÃO AMERICANA E A CONSTITUIÇÃO JAPONESA NO PÓS-GUERRA	
Douglas Pastrello	
DOI 10.22533/at.ed.5441922017	
CAPÍTULO 8	86
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES COTIDIANAS DE VIDA E DE TRABALHO NO VARGUISMO E NO PERONISMO	
Mayra Coan Lago	
DOI 10.22533/at.ed.5441922018	

CAPÍTULO 9	102
COM POUCOS TIJOLOS E MUITOS VOTOS: O CONJUNTO HABITACIONAL ITARARÉ E AS ELEIÇÕES DE 1978 (TERESINA-PI)	
Marcelo de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.5441922019	
CAPÍTULO 10	119
FONTES ORAIS & HISTÓRIA POLÍTICA E OS ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL	
Pere Petit	
DOI 10.22533/at.ed.54419220110	
CAPÍTULO 11	128
O EXÍLIO COMO PRÁTICA DO TERRORISMO DE ESTADO (TDE): O CASO DE UM GRUPO DE GAÚCHOS EXILADOS NO CHILE (1970 -1973)	
Cristiane Medianeira Ávila Dias	
DOI 10.22533/at.ed.54419220111	
CAPÍTULO 12	141
CONHECENDO AS COMUNIDADES, FORTALECENDO SABERES	
Márcia Regina Bierhals	
Nóris Beatriz Costa Ney	
DOI 10.22533/at.ed.54419220112	
CAPÍTULO 13	149
EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS CIÊNCIAS HUMANAS: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR NA FAZENDA LARANJAL EM ITAPURANGA	
Valtuir Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220113	
CAPÍTULO 14	161
O ESTAGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cristina Aparecida de Carvalho	
Michelle Castro Lima	
Marco Antônio Franco do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.54419220114	
CAPÍTULO 15	175
O LÚDICO NO ENSINO DE ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: VALORIZAÇÃO DE NOSSAS RAÍZES	
Vanessa Cristina Meneses Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.54419220115	
CAPÍTULO 16	182
UMA EXPERIÊNCIA COM A HISTÓRIA ORAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA À LUZ DO LETRAMENTO	
Augusto José Savedra Lima	
Nilton Paulo Ponciano	
Marta de Faria e Cunha Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.54419220116	

CAPÍTULO 17	190
MULHERES <i>QUEER</i> : CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE MULHERES DJS	
Edson Sucena Junior	
DOI 10.22533/at.ed.54419220117	
CAPÍTULO 18	202
“LAÇOS DE PAPEL”: AS RELAÇÕES DE AMIZADE, CONFIANÇA E RESSENTIMENTO ESTABELECIDAS ATRAVÉS DA ESCRITA DE CARTAS DA BARONESA AMÉLIA PARA SUA FILHA AMÉLIA ENTRE OS ANOS DE 1885 A 1917 NA CIDADE DE PELOTAS/RS	
Talita Gonçalves Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.54419220118	
CAPÍTULO 19	213
A MULHER, TAL QUAL O PANTANAL SOBREPÕE AOS SEUS LIMITES - MIRELE GELLER, LIMITES ROMPIDOS	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220119	
CAPÍTULO 20	229
A RELAÇÃO GÊNERO-RAÇA EM <i>MARU</i> DE BESSIE HEAD	
Valdirene Baminger Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.54419220120	
CAPÍTULO 21	241
AGREMIÇÕES NEGRAS: CACUMBIS, RANCHOS, CORDÕES, BLOCOS CARNAVALESCOS E ESCOLAS DE SAMBA (FLORIANÓPOLIS, 1920-1955)	
Karla Leandro Rascke	
DOI 10.22533/at.ed.54419220121	
CAPÍTULO 22	256
ENTRE O RELATO E A ESCRITA: ORALIDADE E TEXTUALIDADE EM O. G. REGO DE CARVALHO	
Pedro Pio Fontineles Filho	
DOI 10.22533/at.ed.54419220122	
SOBRE A ORGANIZADORA	268

O ESTAGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Cristina Aparecida de Carvalho

Instituto Federal Goiano – Curso de Pedagogia
Morrinhos – Goiás

Michelle Castro Lima

Instituto Federal Goiano – Curso de Pedagogia
Morrinhos – Goiás

Marco Antônio Franco do Amaral

Instituto Federal Goiano – Curso de Pedagogia
Morrinhos – Goiás

RESUMO: O estágio supervisionado tem sido um ponto de muitas discussões nos cursos de licenciatura. De acordo com a Resolução nº 02, de julho de 2015, os cursos de formação de professores devem proporcionar uma intensa relação entre a teoria e a prática e também entre as instituições de ensino superior e as instituições de educação básica. Nesta perspectiva, o objetivo desse trabalho é retratar a importância do estágio para formação do pedagogo. Para desenvolvimento dessa pesquisa realizamos uma revisão de literatura e o estudo de caso de um estágio supervisionado de um curso de Pedagogia avaliado com a nota máxima pelo Ministério da Educação. Observamos que o curso de Pedagogia em tela construiu seu Projeto político pedagógico de Curso logo após a promulgação da Resolução nº 02 de 2015 e, desta forma, o curso se

adequou às solicitações da Resolução e o núcleo docente estruturante definiu como prática curricular todas as atividades práticas dispostas em diferentes disciplinas ao longo do curso e na disciplina prática de ensino que foi interligada com o estágio supervisionado.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio Supervisionado, Formação, Pedagogia.

ABSTRACT: The supervised internship has been a point of many discussions in undergraduate courses. According to Resolution No. 02 of July 2015, teacher training courses should provide an intense relationship between theory and practice and also between higher education institutions and basic education institutions. In this perspective, the objective of this work is to portray the importance of the internship for the education of the pedagogue. For the development of this research, we carried out a literature review and the case study of a supervised stage of a Pedagogy course evaluated with the maximum grade by the Ministry of Education. We observed that the on-screen pedagogy course built its Political Pedagogical Course Project shortly after the promulgation of Resolution No. 02 of 2015 and, thus, the course was adapted to the requests of the Resolution and the structuring teaching nucleus defined as curricular practice all activities practices arranged in different

disciplines throughout the course and in the practical discipline of teaching that was interconnected with the supervised internship.

KEYWORDS: Supervised Internship, Formation, Pedagogy.

1 | INTRODUÇÃO

Nas licenciaturas, o estágio supervisionado é um componente obrigatório que articula a prática com as atividades do trabalho acadêmico, de modo a proporcionar aos graduandos experiências em ambientes escolares e não-escolares que alarguem e consolidem ações éticas, conhecimentos e competências nos cursos de Pedagogia em diferentes áreas como Educação infantil, séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

O estágio nos cursos de pedagogia assume um papel essencial para a formação integral do aluno, pois ele relaciona a teoria e a prática e insere os alunos nas instituições de ensino os proporcionando a vivência com a realidade escolar.

[...] as estagiárias, profissionais em formação, ganham possibilidades de experimentar e construir seu papel de “professor-pesquisador”, exercitando sua capacidade de ler a realidade, visualizar ou detectar as necessidades e, no processo coletivo de reflexão, ir arriscando propostas e alternativas de encaminhamentos. (OSTETTO, 2000, p. 22).

Desta forma, o estágio supervisionado vai muito além de um cumprimento de exigências acadêmicas. Ele é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, além de ser um importante instrumento de integração entre a universidade, a escola e a comunidade (FILHO, 2010).

O presente trabalho tem como foco observar como se estabelecem as práticas de formação no estágio supervisionado em um curso de Pedagogia avaliado com nota 05 pelo Ministério da Educação – MEC. Para o seu desenvolvimento iremos elucidar a importância do estágio para a formação do professor, discutir como a legislação brasileira tem orientado os estágios supervisionados nos cursos de Pedagogia no Brasil e quais as práticas de estágio no curso de Pedagogia do Instituto Federal Goiano-Campus Morrinhos. Neste sentido buscaremos compreender que a prática de ensino e o estágio são elementos aglutinadores na formação de professores, baseando-se no modo de um fazer docente, pelas ações e práticas, num processo incessante de reflexão, construção e embate com a realidade social, educacional e escolar. Ademais, abordaremos sobre a Prática de Ensino como elemento articulador da formação do professor, contextualizando as concepções e fundamentos, o seu lugar e relevância nos campos teórico e prático.

O Estágio de Licenciatura é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que ofereceu a oportunidade de aliar a teoria à prática, tornando-se indispensável à formação profissional para o mercado de trabalho. Conforme a Lei nº 11.788 de 25/09/2008, capítulo I, Art. 1

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

Ao chegar à instituição de ensino o aluno se depara com a realidade educacional e o estágio exige do graduando um olhar contextualizado que se esforça em cessar os preconceitos e buscar por em prática uma intervenção que contribua com o processo de ensino e aprendizagem das crianças ou adultos inseridos no campo de estágio.

Compreende-se, portanto, que o estágio é o momento no qual o estudante pode vivenciar e aplicar na prática, no cotidiano da área profissional na qual atuará, os seus conhecimentos teóricos que agregou em sala de aula, aprimorando suas habilidades e competências. Trata-se de uma complementação no aprendizado dos estudantes, seja no nível médio, técnico ou superior.

O estágio possibilita a imbricação entre a teoria e prática com o objetivo de aproximar o estagiário da realidade escolar, para que o aluno possa perceber os desafios que a carreira lhe oferecerá, refletindo sobre a profissão que exercerá, integrando-o para obter informações e trocas de experiências.

A partir desse contexto, o objetivo do estágio supervisionado é de aprimorar em cada aluno dos cursos de licenciatura todo o processo de desenvolvimento da teoria e prática e não unicamente a concepção dos conceitos teóricos aprendidos na graduação. Nesse momento sua finalidade é a reflexão por meio da realidade que se inicia nessa etapa e também a aproximação entre as instituições de ensino superior e a comunidade.

[...] o estágio possibilita uma aproximação da realidade da sala de aula e da escola, sendo que esta leva a uma reflexão teórica sobre a prática, sobre tudo o que observamos e vivenciamos durante a mesma, propiciando ao aluno a oportunidade de aproximar-se da realidade a qual atua ou, futuramente, atuará. (CABRAL; ANGELO, 2010, p.2).

É importante ressaltar que o estágio supervisionado possibilita ao licenciado o conhecimento de mecanismos teóricos e práticos fundamentais à aplicação de suas ocupações que se propõe enriquecer e amparar o desenvolvimento do trabalho dentro das instituições, no meio profissional dos estudos teóricos e práticos assimilados no decorrer do curso nas entidades escolares do ensino superior, tratando-se de um grande desafio em relação à necessidade que o aluno tem em compreender as diferenças entre os alunos e seus ambientes. É preciso entender que a sala de aula não pode ser um local de esgotamento, sendo necessário ter serenidade na interação com os alunos por meio de um processo interativo entre professor e aluno buscando transformar o ambiente da sala de aula em um lugar prazeroso e de grande crescimento.

A partir desse contexto, o estágio supervisionado proporciona ao futuro professor

a noção sobre a realidade escolar da comunidade em que está inserido. Ele direciona o licenciando a presenciar no seu cotidiano as atividades e dificuldades diárias em uma escola de educação básica.

O estágio supervisionado estabelece um dos períodos mais importantes na vida acadêmica em um curso de licenciatura (TARDIF, 2002). Desta forma, “[...] a importância do estágio não se resume à integração do aluno ao mercado de trabalho ou ao aprimoramento de suas habilidades no âmbito profissional. Trata-se também de um aspecto relevante na formação da pessoa.” (BOUSSO et al., 2000, p. 218).

De acordo com as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394, foi estabelecida uma nova proposta do estágio com o objetivo de possibilitar a observação, o planejamento e a aproximação da teoria acadêmica com a realidade da sala de aula.

Nesse sentido, este trabalho constitui-se numa fonte de informação importante para mostrar a importância do estágio para a formação integral do aluno, considerando que, cada vez mais, são necessários profissionais com habilidades e competências específicas para atuar na sala de aula. Iremos discorrer sobre a relação do estágio supervisionado com a formação do professor.

2 | FORMAÇÃO DOCENTE

Pimenta e Lima (2008), ao discutir a formação inicial docente, apontam que relacionar teoria e prática é fundamental, pois

A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, reelaboração dos modelos existentes na prática consagradas como bons. (PIMENTA; LIMA, 2008, p.35).

Nesta perspectiva, podemos compreender a formação docente como um processo reflexivo. É necessário que os futuros docentes se apropriem das teorias e associem-nas à prática, mas, em primeiro lugar, é preciso que o professor se constitua como sujeito-professor e neste papel atue com autonomia, proatividade, clareza e reflexividade.

Considerando, embasados em Chartier (1999), que temos representações sobre o ser e fazer docente e que estas geram práticas que também proporcionam ou transformam representações, podemos dizer que as práticas vivenciadas ao longo da vida escolar e acadêmica influenciam e constituem as representações sobre a profissão e o fazer docente e, portanto, oportunizam as novas (ou velhas) práticas. Daí, a dificuldade em se desvincular a própria prática de alguns modelos, mesmo que o próprio professor os julgue inadequados.

Não seria produtivo, por exemplo, estudar novas teorias que melhor atendam as mudanças contextuais, sociais, culturais e políticas sem construir práticas associadas a estas teorias. Da mesma forma, não formaríamos novas representações sem que a

prática se apoiasse em teorias fundamentadas. Prática e teoria estão, pois, imbricadas e, segundo Pimenta (2008, p.37), “a prática pela prática e o emprego de técnicas sem a devida reflexão podem reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática.” De outro modo, o estágio na graduação em muitos cursos de licenciatura “fica reduzido à hora da prática”.

As teorias, segundo Pimenta e Lima (2008), teriam a função de iluminar e ofertar

[...] instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade. (PIMENTA; LIMA, 2008, p.43).

Assim, tanto a prática quanto a teoria podem e devem ser foco de discussão e ressignificação de saberes. É preciso que o estudante compreenda a profissão docente e suas implicações, bem como aprenda a ser pesquisador. A pesquisa fazer parte da sua formação inicial e permanente, pois

[...] sem ser um pesquisador resta ao professor a tarefa de aplicar métodos e técnicas, reproduzir e transmitir conhecimentos. A instituição formadora se resumiria a um centro de divulgação de conhecimento produzido por outros. (PASSOS, 2003, p.80).

A atuação no contexto escolar precisa contribuir com a construção de uma identidade docente e a formação de pesquisadores que avaliem a própria prática. Além disso, ela é capaz de criar uma arena de discussão dos problemas que envolvem a prática docente, tais como:

[...] a própria escolarização do professor; a concepção de ensino-aprendizagem; conflitos entre suas perspectivas profissionais e as demandas postas pelo sistema educacional; conflitos entre a formação profissional e as demandas das novas propostas curriculares. (SANTOS, 2002, p.172).

Nóvoa (1997, p. 16) aponta que é “partir de uma adesão coletiva (implícita ou explícita) a um conjunto de normas e de valores” que se constrói o exercício da profissão docente. Sentir-se pertencente a um grupo e com ele firmar um contrato social implícito é primordial para a construção da identidade docente e das práticas pedagógicas. Uma das formas de promover esta identificação é o envolvimento no espaço escolar, participar da rotina, dos espaços de discussão e reflexão sobre o funcionamento e ideias pedagógicas da instituição.

Esse deve ser um processo reflexivo em que o estudante esteja consciente das representações que permeiam a escola e das disputas de projetos educacionais e de poder neste mesmo espaço. Deve-se compreender que “a profissão docente é uma prática social” e devido ao potencial de intervenção social da profissão pode-se considerar que “a atividade docente é ao mesmo tempo prática e ação.” (PIMENTA; LIMA, 2008, p.41).

Além disto, deve-se entender que as novas ideias dentro deste contexto podem ser “sufocadas”, daí a importância da formação permanente para que os professores estejam sempre em processo de construção de identidade e dispostos a modificar

suas práticas de acordo com a realidade escolar em que se inserem.

Desta maneira, os professores estariam preparados par enfrentar o desafio de transformar, a longo prazo, a representação sobre a profissão docente e, portanto, a valorização desta. O que deveria ser claro para todos os envolvidos no processo educativo é que estamos sempre em processo de formação e que a atuação do aluno de licenciatura nas escolas é um espaço de formação inicial, mas também permanente. Durante esta etapa, tanto os professores das instituições de ensino superior quanto dos espaços educativos em que a atividade ocorre deveriam refletir e transformar a própria prática.

Além disto, é preciso compreender que a responsabilidade de formação docente (inicial ou permanente) não é unicamente de responsabilidade das instituições de ensino superior, mas também uma tarefa e um desafio de todos os profissionais de qualquer espaço educativo, bem como uma responsabilidade individual que parte do desejo e comprometimento de cada profissional da educação.

3 | ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A LEGISLAÇÃO

O estágio supervisionado é uma das mais eficientes formas de propiciar ao estudante uma aproximação com o mercado de trabalho, pois o coloca em contato direto com a realidade da empresa, com o ambiente real de trabalho e com os mais diversos problemas. No estágio o aspecto humano-social é aprimorado, em face do conseqüente contato com problemas sociais e culturais, que se apresentam no ambiente de trabalho.

A função principal do estágio para o estudante é promover sua integração ao mundo do trabalho e à sua profissão. Outra função do estágio é a de propiciar ao estagiário uma reafirmação de sua escolha profissional, uma revisão que pode ser feita em contato direto com as atividades permanentes à profissão escolhida. Neste aspecto, o estágio propicia ao jovem executar tarefas que desenvolvem condições para que ele possa atuar na função que virá exercer, é fator decisivo para o aprimoramento do profissional do futuro. O compromisso das escolas e das empresas para a formação de bons profissionais passa também por orientação adequada contribuindo diretamente com o estudante e com a sociedade.

A formação inicial de professores, desde o fim da década de 1970 tem sido palco de discussões nos meios acadêmicos, graças as 9 modificações decorrentes das leis e normativas que abordam a respeito da formação de professores para a educação básica. Entre elas, merece destaque a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação. Evidencia-se com a promulgação dessa lei alguns direcionamentos relativos a formação de professores como disposto no artigo 65 “A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.” (BRASIL, 1996).

No artigo 61 é especificado quem são considerados profissionais da educação escolar básica. Em 2009 e 2017 foi dada uma nova redação aos incisos III, IV e inserido o inciso V no artigo 61 da LDB 9.394/96. Essas alterações reafirmam que os profissionais da educação são:

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017)

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017). (BRASIL, 1996).

Com essas alterações temos um novo profissional conhecido por seu “notório saber reconhecido” e se abre novas possibilidades para os graduados realizarem a chamada complementação pedagógica, considerando que a formação dos profissionais da educação deve ter como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009). (BRASIL, 1996).

Com relação ao curso de Pedagogia no Brasil, em 2006 é publicada a resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, a qual tem como proposta definir os

“ princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nºs 5/2005 e 3/2006. (BRASIL, 2006).

Segundo as diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia:

Art. 7º O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 Horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;

II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;

III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria. (BRASIL, 2006).

As diretrizes apresentam como proposta uma carga horária de 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado e não especifica a carga horária das atividades de prática de ensino que, segundo a LDB, devem ser no mínimo 300 horas.

Todos os documentos relatam a importância do estágio supervisionado e da integração das instituições de ensino superior com as escolas de educação básica. Já em 2015 temos a promulgação da resolução nº 2, de 1º de julho, a qual define as “[...] Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada” (BRASIL, 2015).

Essas diretrizes apresentam uma proposta para todos os cursos de formação inicial e continuada de professores regulamentando todos os cursos de licenciatura, que agora apesar de terem um diretriz específica do curso, por exemplo a diretriz curricular do curso de Pedagogia, deverão seguir uma base comum que está explícita na resolução nº 2, de 1ª de julho de 2015. No primeiro parágrafo do artigo 1 ela define:

§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). (BRASIL, 2015).

Em seu artigo 9 ela aponta quais são os cursos de formação inicial de professores da educação básica: cursos de graduação de licenciatura; cursos de formação pedagógica para graduando não licenciados e cursos de II licenciatura.

As diretrizes de 2015 definem no seu artigo 13 que os cursos de licenciatura deveram ter no mínimo 3.200 horas, com no mínimo 8 semestres, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de

formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição. (BRASIL, 2015

O artigo 13, parágrafo 3, assim define o estágio obrigatório a ser realizado em Escola de Educação Básica, respeitando o regime de colaboração entre os sistemas de ensino. Outro tema de constante discussão refere-se a aprovação no Conselho Nacional em 2002, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura plena, de formação de professores da educação básica em nível superior, cursos de licenciatura, de graduação plena, estipulando no seu inciso II o aumento da carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado para quatrocentas horas, sendo desenvolvido no 5º, 6º, 7º e 8º semestres letivos, portanto, a partir da segunda metade do curso de Pedagogia, conforme estabelece a Resolução CNE/CP n. 01/2002, proporcionando ao estágio maior tempo de permanência na escola.

É possível perceber que, diante das novas exigências legais, foi necessária uma interação entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e a Educação Básica visando proporcionar uma formação de melhor qualidade aos estagiários, que serão futuros profissionais do ensino. Tal fato já estava previsto na LDB 9.394/96.

O que podemos identificar é que as diretrizes, as diferentes resoluções, não mantiveram um acordo sobre a carga horária de estágio supervisionado. No Curso de Pedagogia do IF Goiano Campus Morrinhos ficou decidido que a carga horária de 400 horas de prática de ensino, o que está de acordo com a resolução 02 de 2015 e supera o proposto pela LDB 9.394/96 que define uma carga horária mínima de 300 horas de prática de ensino.

É interessante reiterar que as diretrizes curriculares para o curso de pedagogia, estabelecidas pela Resolução n.1, de 15 de maio de 2006, vêm mostrando novamente o discurso em relação à identidade do curso de licenciatura. Dessa maneira, o Curso de Pedagogia designa-se na sua recente formação de professores para educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental. Sendo assim, há uma complementação por meio do desenvolvimento das competências dos cursos do ensino médio, no modelo normal, ao ensinamento da educação profissional no campo de trabalho e apoio escolar com atividades de elaboração e disseminação do conhecimento científico-tecnológico da instituição pedagógica.

Nesse momento acontece uma transição para o um novo modelo curricular em

que o Projeto pedagógico deve ser oficializado nos sistemas de ensino sendo incluído no período de um ano que iniciaram o curso no próximo ano letivo, em vez das 2.800 horas antecedentes instituídas como um mínimo para a concretização do curso que agora passam a ser determinadas em 3.200 h. Neste contexto de horas estipuladas, pelo menos 2.800 devem ser destinadas para aulas, seminários, pesquisas e atividades práticas. Portanto, as outras 300 horas estarão destinadas ao estágio supervisionado, com preferência na docência da educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental e 100 horas ficam a disposição para dedicação de atividades em áreas específicas de interesse dos alunos.

Essas mudanças curriculares para o Curso de Pedagogia fazem parte de uma ampla e longa discussão na reforma e organização dos cursos de graduação e na formação dos profissionais da educação no Brasil. Sob essa ótica, o embate quanto à definição de diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia encontrava-se evidente: por um lado, a nova regulamentação trazida pela LDB/96, modificando o curso e seu intuito; de outro a pluralidade do perfil presente nos cursos em funcionamento no país.

Retomando a discussão sobre as leis e diretrizes no curso de licenciatura de pedagogia, a partir da aprovação da Resolução CNE/CEB n.º 2, de 2015, anula-se a Resolução CNE/CP n.1/2002, sendo preservada a Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006, embora seu argumento de mudança do desenho educativo para todos os cursos de licenciatura no país. Nesta perspectiva, faz-se interessante esclarecer, como uma breve comparação, que no artigo 13 a carga horária do curso é definida com 3.200 horas mínimas - a mesma quantidade da Resolução de 2006, mas a organização foi extremamente modificada. O curso deve conter 400 horas de prática como elemento curricular, não podendo ser confundida com as 400 horas de estágio supervisionado. Há uma divisão de 2.200 horas de atividades formativas estruturadas dentro dos três núcleos (similares aos previstos na resolução de 2006 e presentes no artigo 12 da Resolução CNE/CEB n.º 2 de 2015) e 200 horas de atividades teórico-práticas.

4 | O CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO- CAMPUS MORRINHOS: ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PRÁTICA DOCENTE

Desde a introdução da didática Magna, com Comenius no século XVII, a prática docente se tornou alvo de preocupação. Nesse tópico iremos apresentar parte de uma pesquisa desenvolvida no Instituto Federal Goiano-Campus Morrinhos em que buscamos compreender a importância do estágio para formação do professor primário e, para tal, iremos fazer um pequeno retrospecto do curso de formação de professores primários. A primeira ideia de curso de formação do professor primário foi desenvolvida com as chamadas Escolas Normais, que teve sua primeira instituição criada na França em 1794.

No Brasil, o curso Normal é criado em 1834 e, em 1939, é regulamentado o curso

de Pedagogia na modalidade bacharelado. Este curso formava profissionais para atuar na administração pública e na área de pesquisa. Já em 1962, é regulamento pelo Parecer CFE nº 292 o curso de pedagogia na modalidade licenciatura, o qual acrescenta o estudo de 03 disciplinas: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino - esta última em forma de Estágio Supervisionado. A partir deste parecer, surge o estágio supervisionado no curso de Licenciatura em Pedagogia. Esta atividade foi oferecida nos cursos de licenciatura a partir da segunda metade dos mesmos, quando o aluno já se encontra inserido nas discussões acadêmicas para a formação docente e tem 50% de aproveitamento do curso. Hoje, em alguns cursos de licenciatura já encontramos outras formas, além do estágio supervisionado que levam o aluno a ter contato com a realidade da escola de educação básica a partir do 2º período dos referidos cursos, como por exemplo o Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à docência – PIBID.

Neste tópico iremos abordar a respeito do estágio supervisionado, da prática de ensino e como os mesmos são desenvolvidos no curso de Pedagogia do IFGoiano-Campus Morrinhos. Analisamos o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia com foco no Estágio Supervisionado. Segundo o PPC, o perfil pedagógico do curso esta pautado na organização curricular, a qual

[...] entende que a formação profissional deva estar vinculada às demandas próprias do ensino escolarizado com todas as suas características e dificuldades. Ela tem por objetivo realizar uma formação para um profissional capaz de desempenhar a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e EJA, bem como um profissional capaz de compreender e atuar em unidades escolares, exercendo funções ou desenvolvendo atividades próprias da coordenação de áreas, temas ou projetos; gestão e planejamento de ações, projetos ou atividades e realizando orientação de alunos com vistas ao seu desenvolvimento e aproveitamento escolares. (Morrinhos, 2015, p. 27).

O Curso de Pedagogia do IF Goiano campus- Morrinhos prioriza a formação docente nas séries iniciais do ensino fundamental, na educação infantil e na educação de Jovens e adultos. O Estágio supervisionado do curso de Pedagogia do IF Goiano – Campus Morrinhos foi organizado visando promover a relação entre teoria e prática dos conhecimentos adquiridos no curso e com relação a realidade das escolas de educação básica do município onde o estágio é ofertado, a partir da segunda metade do curso de Pedagogia (5º período).

Considerando a prática como uma dimensão importante do conhecimento, pretende-se articular a reflexão e o exercício da atividade profissional investigativa baseada em situações-problema, no desenvolvimento de projetos específicos, em simulações didáticas e na dimensão formadora da pesquisa científica. Entende-se que esta articulação não pode prescindir da realidade escolar tal como se apresenta nas unidades escolares, mas, ao mesmo tempo, deve-se propiciar oportunidade para o exercício de situações criativas e inovadoras, fazendo uso de laboratórios didáticos, acervo especializado e participação em projetos de iniciação à docência (PIBID) e iniciação científica (PIBIC). (MORRINHOS, 2015, p. 29).

A partir da análise do PPC, foi verificado que o Estágio Supervisionado é uma

atividade obrigatória na formação do licenciado em Pedagogia, e que prevê uma carga horária de 400 horas, amparado Resolução CNE/CP nº 02, de 01/07/2015; no Regulamento dos Cursos de Graduação do IF Goiano e no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano – Campus Morrinhos. O mesmo deve ser desenvolvido nas escolas da rede municipal de educação.

O projeto do curso de pedagogia enuncia algumas possibilidades de relação da teoria com a prática durante todo o curso. O estágio supervisionado é composto de 400 horas sendo dividido em 70 horas para cada uma das áreas: Educação Infantil creche; Educação infantil pré-escola; Ensino Fundamental 1º ciclo; Ensino Fundamental 2º Ciclo e Educação de Jovens e adultos e 50 horas para área de Gestão escolar. Os seis estágios obrigatórios para os alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia proporcionam uma oportunidade de reflexão acerca da escolha vocacional.

A Prática de ensino acompanha os estágios com uma carga horária de 22 horas/aula nas quais são trabalhadas as possibilidades dos estágios e a práxis educacional proporcionando a aproximação da instituição de ensino superior com as escolas de educação básica do município. Além da disciplina intitulada “Prática de Ensino” o curso oferece uma carga horária de atividades práticas relacionadas ao ensino que totalizam 440 horas.

Observamos que as resoluções do conselho de educação e a LDB discorrem sobre a prática de ensino, mas não estabelecem o que é este conceito. Dentro das leituras e dos pressupostos de autores como Veiga (2002), Pimenta (2008) e Zabala (1998) o curso de pedagogia do IF Goiano Campus- Morrinhos discorreu sobre a prática como componente curricular no artigo 03 e 04 do regulamento de estágio anexo I do PPC do curso de Pedagogia.

Art. 3º O Estágio Supervisionado será desenvolvido em estreita relação com a prática, entendida como componente curricular, nos termos postos pela Resolução CNE/CP n. 01/2002. Assim, prática e estágio supervisionado têm o mesmo objetivo geral: contribuir para a formação teórico-prática do licenciando, por meio do contato, durante o curso de licenciatura, com a futura realidade profissional. Contudo, a prática como componente curricular das disciplinas não se caracteriza como estágio supervisionado (Resolução CNE/CP n. 02 /2002), mas como um espaço de estudo, pesquisa, reflexão, explicação e construção de conhecimentos da profissão docente.

Art. 4º Tendo como objetivo, junto com a prática como componente curricular, a aproximação entre a relação teoria e prática social tal como expressa o Art. 1º, § 2º e o Art. 3º, inciso XI da LDB, bem como o expresso no Parecer CNE/CP 9/2001, o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, **sob a supervisão de um profissional experiente**, um processo de ensino-aprendizagem que se tornará concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário. MORRINHOS, 2015, p.76-77).

A prática de ensino não é o estágio, mas um componente curricular com o objetivo de contribuir com a formação teórico- prática do licenciando. A prática de ensino perpassa diferentes conteúdos disciplinares sendo utilizada como uma disciplina que realiza a união entre a teoria e a prática, demonstrando como os conhecimentos

teóricos se dão na prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos específicos desta pesquisa foi expor quais seriam os impactos que a educação vem sendo responsável pela transformação e desenvolvimento social, por meio da necessidade do futuro professor ter a consciência de algo que vai exigir uma entrega muito grande durante toda sua vida profissional. Com a realização do estágio supervisionado do curso de Pedagogia temos a oportunidade de colocar em prática conhecimentos adquiridos na sala de aula. O projeto de intervenção é construído junto com os alunos a partir da realidade dos mesmos. Assim, percebe-se que a experiência na sala de aula, tanto na observação como na regência, são imprescindíveis na formação do educador, em que todas as etapas do estágio são enriquecedoras para o aprendiz.

A realização do estágio supervisionado é de total importância para o desenvolvimento do licenciando, pois é durante o estágio que é possível perceber o quanto essa profissão é gratificante e desafiadora, além de analisar e identificar quais os erros que são cometidos pelos professores e pela escola. Neste sentido, caminharemos no sentido de evitar esses mesmos erros quando estivermos na sala de aula e aproveitarmos os pontos que entendemos como essenciais e edificantes para o desenvolvimento da infância.

Podemos perceber também durante o estágio que cada aluno tem seu próprio tempo para compreender o que a professora está transmitindo na sala de aula e que o educador faz de tudo o que está em seu alcance para conduzir o conhecimento de uma maneira lúdica e divertida aos alunos, para que os mesmos tenham interesse e curiosidade sobre o tema proposto.

Enfim, observamos que o estágio supervisionado se torna muito enriquecedor, pois é possível alcançar o principal objetivo por meio de forma dinâmica fazendo com que os alunos se sintam capazes de buscar e construir novos conhecimentos e os educadores podem, acima de tudo, desenvolver o papel de mediadores do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, A. C. M., et al. **Orientações para o Estágio em Licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BOUSSO, Regina Szyliet. et al. **Estágio curricular em enfermagem**: transição de 22729 identidades. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v34n2/v34n2a13.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez., 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002**, institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de

professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006**, institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 mai. 2006.

CABRAL, V.L.A.; ANGELO, C.B. **Reflexões sobre a Importância do Estágio Supervisionado na Prática Docente**. Pernambuco, nov. 2010.

Disponível em: <http://www.sbempb.com.br/epbem>. Acesso em: 07 maio 2016.

FERNANDES, C. M. B.; SILVEIRA, D. N. da. Formação inicial de professores: desafios do estágio curricular supervisionado e territorialidades na licenciatura. In: **Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED**, Caxambu- MG, 2007. p. 1-12.

FILHO, A. P. O Estágio Supervisionado e sua importância na formação docente. **Revista Partes**. 2010. Disponível em: <www.partes.com.br/educacao/estagiosupervisionado.asp> Acesso em: 01 nov. 2015.

JANUARIO, G. O Estágio Supervisionado e suas contribuições para a prática pedagógica do professor. In: **SEMINÁRIO DE HISTÓRIA E INVESTIGAÇÕES DE/EM AULAS DE MATEMÁTICA**, 2, 2008, Campinas. Anais: II SHIAM. Campinas: GdS/FE-Unicamp, 2008. v. único. p. 1-8.

MORRINHOS. Núcleo docente estruturante do curso de Pedagogia. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO IF GOIANO CAMPUS MORRINHOS**. Setembro de 2015. Disponível em: <www.ifgoiano.edu.br/home/images/MHOS/Doc_cursos/PPC-Lic-Pedagogia-Morrinhos.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

NÓVOA, A. (1997). A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras.

OSTETTO, Luciana E. **Encontros e encantamentos na educação infantil**. Campinas. São Paulo: Papyrus, 2000.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, L. L. de C. P. Identidade docente em tempos de educação inclusiva. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro, Ana Lúcia Amaral. **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas: Papyrus, 2002, p. 155-174.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, I. P. A. Professor: tecnólogo do ensino ou agente social. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro, Ana Lúcia Amaral. **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas: Papyrus, 2002, p. 65-93.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-054-4

